

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas as demonstrações financeira	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.
Fortaleza - CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 12 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC CE-003141/F-5



Samara Rosa de Freitas

Contador CRC BA-030084/O-0

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.934	413	Fornecedores a pagar		2.663	1.562
Depósitos vinculados	5	693	639	Empréstimos e financiamentos	12	9.933	9.633
Contas a receber	6	4.036	3.902	Encargos tributários e trabalhistas		221	223
Impostos a recuperar		2	2	Imposto de renda e contribuição social		513	516
Despesas antecipadas	7	878	778	Arrendamentos a pagar	11	531	23
Total do ativo circulante		7.543	5.734	Ressarcimento de energia a pagar	13	10.458	5.824
				Outras contas a pagar		-	1
				Total do passivo circulante		24.319	17.782
Realizável a longo prazo							
Outros ativos		9	9	Encargos tributários e trabalhistas		1.219	1.219
Depósitos vinculados	5	21.667	19.446	Empréstimos e financiamentos	12	69.698	77.027
Depósitos judiciais	8	22.046	19.620	Arrendamentos a pagar	11	7.233	10.462
Impostos diferidos	21	1.272	749	Ressarcimento de energia a pagar	13	12.503	9.232
Total do realizável a longo prazo		44.994	39.824	Provisão para contingências	25	256	235
				Provisão para desmobilização	14	1.707	1.630
				Total do passivo não circulante		92.616	99.805
Imobilizado	10	94.620	99.700				
Direito de uso - Arrendamentos	11	6.628	9.903	Patrimônio líquido	15		
Intangível		442	492	Capital social		60.499	54.999
Total do ativo não circulante		146.684	149.919	Prejuízos acumulados		(23.207)	(16.933)
				Total do patrimônio líquido		37.292	38.066
Total do ativo		154.227	155.653	Total do passivo e patrimônio líquido		154.227	155.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	32.005	29.142
Custo da energia produzida	17	<u>(33.521)</u>	<u>(29.708)</u>
(Prejuízo)		(1.516)	(566)
Despesas gerais e administrativas	18	(891)	(998)
Outras (despesas) receitas operacionais		<u>5</u>	<u>(384)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(2.402)	(1.948)
Receitas financeiras		2.718	2.125
Despesas financeiras		<u>(4.670)</u>	<u>(4.555)</u>
Resultado financeiro	19	(1.952)	(2.430)
Resultado antes dos impostos		(4.354)	(4.378)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(2.159)	(2.529)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	<u>239</u>	<u>847</u>
Prejuízo do exercício		<u>(6.274)</u>	<u>(6.060)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(6.274)	(6.060)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(6.274)</u>	<u>(6.060)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	54.999	(10.873)	44.126
Prejuízo do exercício	-	(6.060)	(6.060)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	54.999	(16.933)	38.066
Aumento de capital	5.500	-	5.500
Prejuízo do exercício	-	(6.274)	(6.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.499	(23.207)	37.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.354)	(4.378)
Ajustes por:			
Depreciação	10	5.296	5.270
Amortização direito de uso de arrendamentos	11	510	510
Amortização intangível	17	50	50
Apropriação de juros com direito de uso de arrendamentos	11	695	691
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	19	(2.619)	(1.952)
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	12	3.108	3.385
Baixa de imobilizado	10	-	83
(Reversão) Atualização provisão para desmobilização	19	77	(23)
Constituição de provisão para contingências		21	235
Amortização custos de captação empréstimos	12	119	119
Provisão de impostos diferidos	21	(284)	(316)
Baixa de arrendamentos, líquida	11	(52)	(5)
Provisão para ressarcimento de energia	13	14.401	13.953
		16.968	17.622
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(134)	(414)
Despesas antecipadas		(100)	(330)
Depósitos judiciais		(2.426)	(2.899)
Impostos a recuperar		-	99
Depósito vinculado		344	(2.464)
Outros ativos		-	(9)
Fornecedores a pagar		1.101	1.018
Provisão para ressarcimento de energia		-	-
Outras contas a pagar		(1)	1
Encargos tributários e trabalhistas		(2)	(125)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1
		15.750	12.500
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>15.750</u>	<u>12.500</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.162)	(2.367)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12	(2.970)	(3.267)
Pagamento de juros de arrendamentos	11	(24)	(22)
Pagamento de ressarcimento de energia	13	(6.496)	(1.401)
		<u>(6.496)</u>	<u>(1.401)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>4.098</u>	<u>5.443</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Partes relacionadas	9	-	122
Aquisição de imobilizado	10	(216)	(248)
		<u>(216)</u>	<u>(126)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(216)</u>	<u>(126)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aporte de capital	15	5.500	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(7.286)	(6.805)
Pagamento de arrendamentos - principal	11	(575)	(592)
		<u>(2.361)</u>	<u>(7.397)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(2.361)</u>	<u>(7.397)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.521</u>	<u>(2.080)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		413	2.493
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.934	413
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.521</u>	<u>(2.080)</u>
Principais transações que não afetaram caixa			
Remensuração de ativos arrendados		2.765	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza - CE, constituída em 02 de outubro de 2007 e tem por objetivo atuar na implantação, operação e comercialização da energia elétrica produzida pela Central Geradora Eólica Paracuru (“EOL Dunas de Paracuru”), localizada no Município de Paracuru, no Ceará, com potência instalada de 42 MW.

A Companhia foi contemplada no 2º. Leilão de Energia de Reserva (Edital No. 003/2009 – ANEEL – “LER” 03/2009) e autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica por meio da portaria MME nº. 657/2010, de 23 de julho de 2010. Em decorrência desta autorização, firmou Contrato de Energia de Reserva (“CER”) com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na data de 16 de dezembro de 2010, em que se compromete a produzir 19 MWméd, por um período de 20 anos.

Em 16 de dezembro de 2010, foi firmado o CER nº 51/09 pela Ventos Brasil Comércio e Representações Ltda. correspondente à sua participação no Consórcio (60% do montante negociado no LER). Em 17 de fevereiro de 2011, foi firmado o CER nº 50/09 pela Inversiones Tenería Empreendimentos do Brasil Ltda. correspondente à sua participação no Consórcio (40% do montante negociado no LER).

Em 26 de setembro de 2012, foi publicada a Resolução Autorizativa – REA nº 3.679/2012, que transferiu a autorização para exploração da EOL Dunas de Paracuru para a empresa Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Em 24 de dezembro de 2012, foi publicado o Despacho SFG/ANEEL nº 4.106/2012, que liberou a EOL Dunas de Paracuru para início de operação comercial a partir de 22/12/2012 com potência instalada de 42 MW.

Em 5 de março de 2019, foi firmado Termo Aditivo – TA ao CER nº 51/09 com vistas a adequá-lo à alteração de titularidade da EOL Dunas de Paracuru, conforme REA nº 3.679/2012. Nesse mesmo TA, na Subcláusula 1.1, o CER nº 50/09 foi tornado sem efeito.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia registrou caixa líquido operacional positivo, o que resulta na apuração de índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) acima dos exigidos pelos bancos financiadores.

a. Capacidade produtiva

A Companhia possui 1 (uma) usina geradora de energia eólica, situada no município de Paracuru, no Estado do Ceará, constituída de 21 (vinte e uma) unidades geradoras de 2 MW, totalizando a potência instalada de 42 MW e de garantia física do contrato 19,7 MW médios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Garantia física (MW)	Energia Vendida (MW)
EOL DUNAS DE PARACURU	Paracuru-CE	21	19,7	16,66

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 16.776 (em 31 dezembro de 2022, o capital circulante líquido negativo era de R\$ 12.048), principalmente em decorrência do saldo de Ressarcimento de energia a pagar, e pago conforme contrato de energia CER (Nota 13).

Adicionalmente a Companhia possui saldo de contas vinculadas aos empréstimos e financiamentos de R\$ 21.667 (2022 R\$ 19.446) mantidos no ativo não circulante (Nota 5). Em casos de insuficiência de saldo para pagamento da dívida na conta centralizadora, a Companhia possui autorização para utilizar o saldo da conta de reservas especiais para cobrir os pagamentos. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui saldo de R\$ 15.378 (2022: R\$ 13.748) na conta de reserva especial (Nota 5).

A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando a pressuposição da continuidade operacional e entende que não há indícios de descontinuidade das operações.

A estrutura do capital do projeto, advém de recursos próprios aportados pelos Acionistas, obtenção de linhas de crédito para investimento (Finem BNDES) e (Sudene BNB), que possuem uma estrutura na modalidade Project Finance com garantias típicas desta modalidade de financiamento compartilhados entre si, o que inclui:

- Penhor de Direitos Emergentes;
- Constituição de Propriedade Fiduciária Conjunta;
- Penhor de Direitos Creditórios;
- Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças;
- Penhor de Ações;
- Compartilhamento de Garantias;
- Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração e Outras Avenças.

Também está previsto que projeto mantenha um ICSD no mínimo, igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) e uma apuração de Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 20% do investimento total do projeto, apurado através dos seus demonstrativos.

Com relação ao Capital Circulante Negativo esclarecemos que faz parte do modelo deste negócio vez que os valores das dívidas dos Contratos de Financiamentos dos próximos doze (12) meses mais o principal e juros de dezembro estão contabilizados no passivo circulante enquanto que as receitas provenientes do Contrato CER está reconhecida apenas a parcela de dezembro do corrente ano, a receber em janeiro do ano seguinte, ficando as receitas dos próximos doze (12) meses, que serão utilizadas para quitação destas dívidas ainda não reconhecidas no ativo circulante. Portanto, a Administração entende que o Capital Circulante Negativo será revertido a médio e longo prazo

com a continuidade operacional da Companhia visto que os valores irão diminuindo ao longo do período de operação do negócio.

Com relação a Operação, tem-se como meta manter a disponibilidade geral da Usina acima de 97%, mantendo a gestão de forma ativa dos contratos de O&M de Aerogeradores e de BOP firmados, atuando de forma direta célere nos tempos de parada, manter a eficiência dos equipamentos e a gestão dos estoques de peças e sobressalentes, visando otimizar os resultados.

A Administração vem trabalhando com ações de planejamento para curto prazo, como Waiver no valor de R\$ 6.600 liberado pelo BNDES para aplicação nos pagamentos e contratos necessários ao Projeto, além das negociações para a alteração do Contrato de O&M do Aerogerador em escopo completo, que trará maior garantia na geração do Projeto. Esclarecemos que o acionista mantém o compromisso com a continuidade operacional, já demonstrado durante o exercício de 2023 com aportes feitos, no valor de R\$ 5.500, e que tais esforços irão manter o Grupo em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazo.

1.2 Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Dunas de Paracuru, com potência instalada de 42 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Dunas de Paracuru	Portaria 657, de 22 de julho de 2010	23 de julho de 2010
EOL Dunas de Paracuru	Resolução Autorizativa 3.679, de 25 de Setembro de 2012	26 de setembro de 2012

1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia - CER 51/2009 foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 16 de dezembro de 2010, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade GWh/ano	Preço R\$/MWh Dezembro/2012	Início da operação comercial	Final da operação comercial
EOL Dunas de Paracuru	145,94	149,96	Dez/2012	Jun/2032

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente a realização do leilão.

Dessa forma, a partir janeiro de 2013, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

A conta de energia é apurada a cada doze meses pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada. O saldo dessa conta é apurado anualmente e quadrienalmente, e observará as margens de 10% abaixo da energia contratada e 30% acima da energia contratada, apurados ao final que cada período.

Os desvios positivos ou negativos são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. O ano de suprimento considerado para cálculo da conta de energia é de julho a junho e os ressarcimentos são realizados em doze ou vinte e quatro meses, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE, obedecendo aos limites contratuais de faixa de tolerância.

1.4 Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 3.11-** arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 10** - critérios para definição de vida útil do imobilizado: premissas sobre o período que os ativos irão gerar receita para a Companhia;
- **Nota Explicativa 11** - critérios para definição de taxa de desconto de contratos de arrendamento;
- **Nota Explicativa 14 e 25** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota Explicativa 13 e 16** – reconhecimento de receita: expectativa de devolução.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- a) Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- c) Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Principais políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo onde as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Receita operacional

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

O ativo é reconhecido conforme parcela fixa a receber mediante as cláusulas do contrato firmado com o único cliente da Companhia (ver Nota 1.3). A variação da energia gerada nos percentuais acima ou abaixo do referido contrato são consideradas como ativos, caso a geração seja superior aos MWh contratados, ou passivos, caso a geração seja inferior aos MWh contratados, em contraparte da receita no resultado.

3.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias ativas e passivas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro presumido

Nessa sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita apurada as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.5 Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão apresentadas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iii) **Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) **Provisão para desmobilização**

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.6 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.7 Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) ***Classificação e mensuração subsequente***

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9 Capital social

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

3.10 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.11 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de

direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.12 **Mudanças nas principais políticas contábeis**

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação
A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data.

Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia não registrou ativos ou passivos fiscais diferidos em seu balanço patrimonial ou demonstração de resultados, devido ao regime tributário adotado ser Lucro Presumido (nota explicativa 3.5 e 18).

- Imposto mínimo complementar global
A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32/IAS 12) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.
A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Informação de políticas contábeis materiais
A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.
As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 3 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)
As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 12, a Companhia tem financiamento junto ao BNDES e BNB que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.
- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)
As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.
Atualmente a Companhia não possui nenhum acordo de financiamento que se enquadre nessas alterações.
- Outras Normas Contábeis
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	7	9
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	1.927	404
	1.934	413

- (i) Estão representadas por aplicações em renda variável, junto ao Fundo Referenciado DI FIC, cuja rentabilidade para o exercício de 2023 foi de 12,96% (2022: 12,35%). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota Explicativa nº 22.

5 Depósitos vinculados

	2023	2022
Conta Centralizadora (a)	693	639
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	1.632	1.471
Conta reserva serviço da dívida BNB (c)	3.610	3.255
Conta reserva de O&M (d)	498	452
Conta reserva especial (e)	15.378	13.748
Conta de pagamento BNB (f)	549	520
	22.360	20.085
	22.360	20.085
Circulante	693	639
Não circulante	21.667	19.446

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente dos financiamentos com o BNDES e BNB, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta Centralizadora – aplicação financeira constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante;
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para março de 2029, classificada no não circulante;
- (c) Conta reserva serviço da dívida BNB - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação semestral vincenda do serviço da dívida do BNB, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para maio de 2032, classificada no não circulante;
- (d) Conta Reserva O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o montante equivalente a 1/12 (um doze avos) do valor da maior prestação anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para maio de 2032, classificada no não circulante;
- (e) Conta Reserva Especial - constituída com recursos remanescentes advindos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento do BNDES e Banco do Nordeste do Brasil. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para maio de 2032, ou para distribuição de dividendos. Classificada no não circulante;
- (f) Conta de pagamento BNB - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação semestral vincenda do serviço da dívida decorrente do contrato BNB. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato de debêntures, prevista para maio de 2032, classificada no não circulante.

6 Contas a receber

	2023	2022
Valores faturados a vencer - CCEE (i)	4.036	3.902
	4.036	3.902

- (i) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota 1.

7 Despesas antecipadas

	2023	2022
Seguros a apropriar (i)	878	749
Outros custos e despesas pagos antecipadamente	-	29
	878	778

- (i) Seguros apropriados conforme apólices vigentes descritas na nota 24

8 Depósitos judiciais

	2023	2022
Depósitos judiciais (i)	22.046	19.620

- (i) A Companhia efetua desde julho de 2013 depósitos judiciais referente ao ICMS incidente sobre a Tarifa de Utilização do Sistema de Distribuição (TUSD), por entender que a cobrança do imposto sobre a referida tarifa é ilegal. A ação judicial que contesta a cobrança tramita na Vara da Fazenda Pública do Estado do Ceará. A Companhia entende que a incidência do ICMS não é devida, pois, não há mudança da titularidade da mercadoria descaracterizando a cobrança do tributo sobre o TUSD. O Juiz da nona vara da Fazenda Pública prolatou sentença julgando procedente a Ação para declarar a ilegalidade da incidência do ICMS sobre a TUSD. Após isso o STF determinou a suspensão de todos os processos até que o próprio Tribunal finalize seu entendimento sobre a matéria. Conforme relatórios dos advogados da Companhia, a probabilidade de perda para esse processo é considerada remota.

9 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos da parte relacionada Bons Ventos da Serra I S.A, por esse motivo não há registro de custo ou despesas com pessoal chave da administração.

a. Transação com partes relacionadas

A Companhia possui como controlador final a Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos operacionais e despesas administrativas com a empresa Bons Ventos da Serra I também controlada integralmente pela Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou o montante de R\$ 396 (em 2022 R\$ 451) referente as despesas compartilhadas, na conta “despesas gerais e administrativas” e R\$ 463 referente a custos compartilhados, na conta “custo da energia produzida”.

Não há outras transações com partes relacionadas além das já mencionadas.

10 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil

	Taxas anuais de depreciação (% a.a.)	2023			2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Administração					
Máquinas e equipamentos	10%	21	(3)	18	19
Móveis e utensílios	10%	51	(6)	45	38
Equipamentos de informática	20%	23	(13)	10	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50%	38	(26)	12	33
Parque eólico					
Instalações elétricas	5%	10.827	(5.712)	5.115	5.711
Máquinas e equipamentos	2,86%	15.057	(7.272)	7.785	8.220
Acessos, Obras e Instalações	2,86%	34.716	(17.397)	17.319	18.312
Sobressalentes	2,86%	301	(15)	286	103
Torres	2,86%	36.866	(12.681)	24.185	25.252
Geradores	2,86%	12.800	(6.038)	6.762	7.132
Nacelle	2,86%	39.881	(15.768)	24.113	25.265
Pás	2,86%	22.351	(13.381)	8.970	9.615
		172.932	(78.312)	94.620	99.700

	Taxas anuais de depreciação (% a.a.)	2022			2021
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Administração					
Máquinas e equipamentos	10%	20	(1)	19	4
Móveis e utensílios	10%	39	(1)	38	-
Equipamentos de informática	20%	11	(11)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50%	38	(5)	33	-
Parque eólico					
Instalações elétricas	5%	10.827	(5.116)	5.711	6.307
Máquinas e equipamentos	2,86%	15.057	(6.837)	8.220	8.641
Acessos, Obras e Instalações	2,86%	34.716	(16.404)	18.312	19.290
Sobressalentes	2,86%	109	(6)	103	107
Torres	2,86%	36.866	(11.614)	25.252	26.277
Geradores	2,86%	12.800	(5.668)	7.132	7.500
Nacelle	2,86%	39.881	(14.616)	25.265	26.418
Pás	2,86%	22.351	(12.736)	9.615	10.261
		172.715	(73.015)	99.700	104.805

b. Movimentação do saldo

	2022	Adições	Depreciação	2023
Administração				
Máquinas e equipamentos	19	1	(2)	18
Móveis e utensílios	38	11	(4)	45
Equipamentos de informática	-	12	(2)	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	-	(21)	12
Parque eólico				
Instalações elétricas	5.711	-	(596)	5.115
Máquinas e equipamentos	8.220	-	(435)	7.785
Acessos, Obras e Instalações	18.312	-	(993)	17.319
Sobressalentes	103	192	(9)	286
Torres	25.252	-	(1.067)	24.185
Geradores	7.132	-	(370)	6.762
Nacelle	25.265	-	(1.152)	24.113
Pás	9.615	-	(645)	8.970
	99.700	216	(5.296)	94.620

	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2022</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	4	16	-	-	(1)	19
Móveis e utensílios	-	-	-	39	(1)	38
Equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	38	-	-	(5)	33
Parque eólico						
Instalações elétricas	6.307	-	-	-	(596)	5.711
Máquinas e equipamentos	8.641	15	-	-	(436)	8.220
Acessos, Obras e Instalações	19.290	15	-	-	(993)	18.312
Sobressalentes	107	-	-	-	(4)	103
Torres	26.277	125	(83)	-	(1.067)	25.252
Geradores	7.500	-	-	-	(368)	7.132
Nacelle	26.418	-	-	-	(1.153)	25.265
Pás	10.261	-	-	-	(646)	9.615
Imobilizado em andamento	-	39	-	(39)	-	-
	104.805	248	(83)	-	(5.270)	99.700

A Companhia revisa periodicamente a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

A Companhia cedeu, como garantia aos empréstimos e financiamentos, máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12.

11 Arrendamentos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.11, a Companhia possui um contrato de arrendamento do terreno onde está instalado o parque eólico. O contrato tem duração até 2042, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota Explicativa nº 1.3).

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 6,82% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Em 2023, a Companhia realizou a remensuração dos passivos, baseada na revisão da projeção dos pagamentos futuros, sendo o impacto contabilizado no ativo de direito de uso.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>10.413</u>
Despesa de amortização do exercício	<u>(510)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>9.903</u>
Remensuração (a)	(2.765)
Despesa de amortização do exercício	<u>(510)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.628

(a) Remensuração gerada pela revisão das projeções dos pagamentos futuros.

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>10.413</u>
Baixas	(5)
Juros apropriados no resultado	691
Pagamento de principal	(592)
Pagamento de juros	<u>(22)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>10.485</u>
Baixas	(52)
Remensuração (a)	(2.765)
Juros apropriados no resultado	695
Pagamento de principal	(575)
Pagamento de juros	<u>(24)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>7.764</u>
2023	
Circulante	531
Não circulante	7.233
2022	
Circulante	23
Não circulante	10.462

(a) Remensuração gerada pela revisão das projeções dos pagamentos futuros.

Impactos no resultado do exercício

	2023	2022
Baixas de ativos e passivos, líquidos	52	-
Amortização direito de uso de arrendamentos	(510)	(510)
Despesas financeiras	<u>(695)</u>	<u>(691)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u>(1.153)</u>	<u>(1.201)</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2023			2022		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(19)	550	531	(628)	651	23
De 1 a 2 anos	(20)	572	552	(640)	684	44
De 2 a 3 anos	(21)	594	573	(697)	718	21
De 3 a 4 anos	(22)	617	595	(695)	754	59
De 4 a 5 anos	(23)	641	618	(689)	792	103
Acima de 5 anos	<u>(6.563)</u>	<u>11.458</u>	<u>4.895</u>	<u>(6.785)</u>	<u>17.020</u>	<u>10.235</u>
Total	<u>(6.668)</u>	<u>14.432</u>	<u>7.764</u>	<u>(10.134)</u>	<u>20.619</u>	<u>10.485</u>

12 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição do saldo

	Juros	Vencimentos	2023	2022
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP + 2,02% a.a	15/03/2029	14.193	16.729
(-) Custos de captação			<u>(498)</u>	<u>(593)</u>
			13.695	16.136
BNB – Banco do Nordeste	2,5% a.a	29/05/2032	66.150	70.763
(-) Custos de captação			<u>(214)</u>	<u>(239)</u>
			65.936	70.524
Total			<u>79.631</u>	<u>86.660</u>
Circulante			9.933	9.633
Não circulante			69.698	77.027

(b) Movimentação

	<u>BNDES</u>	<u>BNB</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>18.569</u>	<u>74.659</u>	<u>93.228</u>
Amortização de principal	(2.655)	(4.150)	(6.805)
Juros pagos	(1.409)	(1.858)	(3.267)
Amortização dos custos de captação	95	24	119
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>1.536</u>	<u>1.849</u>	<u>3.385</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>16.136</u>	<u>70.524</u>	<u>86.660</u>
Amortização de principal	(2.683)	(4.603)	(7.286)
Juros pagos	(1.219)	(1.751)	(2.970)
Amortização dos custos de captação	94	25	119
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>1.367</u>	<u>1.741</u>	<u>3.108</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>13.695</u>	<u>65.936</u>	<u>79.631</u>

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimos junto ao BNDES e BNB, Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas pode culminar em vencimento antecipado das parcelas.

(c) Garantias

Em 09 de novembro de 2017, foi firmado o Contrato de Compartilhamento de Garantias e outras Avenças nº 12.2.1185.7 entre BNB – Banco do Nordeste do Brasil e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social relativo ao Projeto da Central Eólica da Companhia. O instrumento compartilha um conjunto de garantias por meio dos Instrumentos Acessórios como Contrato de Penhor de Ações, Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Contrato de Constituição de Propriedade Fiduciária Conjunta, Contrato de Penhor de Direitos Creditórios e Contratos de Penhor de Direitos Emergentes, tendo suas obrigações garantidas e compartilhadas.

(d) Cronograma de pagamento

As parcelas possuem a seguinte composição:

Vencimentos	31/12/2023		31/12/2022	
	BNDES	BNB	BNDES	BNB
Em um ano	2.609	7.324	2.582	7.051
De um a dois anos	4.883	6.935	3.675	5.016
Acima de dois anos	6.203	51.677	9.879	58.457
Total	13.695	65.936	16.136	70.524

13 Ressarcimento de energia a pagar

	2023	2022
Ressarcimento CCEE – Apuração ano suprimento 2021-2022 (a)	-	2.801
Ressarcimento CCEE – Apuração ano suprimento 2022-2023 (b)	7.389	12.255
Ressarcimento CCEE – Apuração ano suprimento 2023-2024 (c)	15.572	-
	22.961	15.056
Circulante	10.458	5.824
Não circulante	12.503	9.232

- (a) Refere-se ao ressarcimento da apuração de energia do ano de suprimento compreendido entre julho de 2021 a junho de 2022. A liquidação dos valores teve início em setembro de 2022 e foi concluída em agosto de 2023.
- (b) Refere-se ao ressarcimento da apuração de energia do ano de suprimento compreendido entre julho de 2022 a junho de 2023. A liquidação dos valores teve início em setembro de 2023 e será realizada até agosto de 2024, classificado no passivo circulante.
- (c) Refere-se ao ressarcimento da apuração de energia do ano de suprimento compreendido entre de julho de 2023 a junho de 2024. O saldo registrado no passivo não circulante refere-se à geração inferior que será descontada ao final do quadriênio vigente, apurado conforme regras estabelecidas no contrato de energia. (Ver nota explicativa 1.3).

A seguir, a conciliação da movimentação patrimonial:

	Apuração ano anterior	Apuração ano corrente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>2.504</u>	<u>2.504</u>
Ressarcimento apurado no ano corrente	-	13.953	13.953
Pagamentos realizados	(1.401)	-	(1.401)
Transferências	<u>4.202</u>	<u>(4.202)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.801</u>	<u>12.255</u>	<u>15.056</u>
Ressarcimento apurado no ano corrente	(12)	14.413	14.401
Pagamentos realizados	(6.496)	-	(6.496)
Transferências	11.096	(11.096)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>7.389</u>	<u>15.572</u>	<u>22.961</u>

14 Provisão para desmobilização

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para desmobilização de ativo	1.707	1.630
	<u>1.707</u>	<u>1.630</u>

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas ao arrendamento de terrenos onde está localizado o empreendimento eólico, bem como, devido ao fim do período de concessão. A provisão registrada foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, foi ajustada a valor presente. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em dezembro de 2022, a Companhia contratou especialistas para realizar novo laudo de desmobilização para revisão dos valores, gerando uma reversão da provisão realizada inicialmente e atualizada pelo IPCA. Para dezembro de 2023, a Companhia atualizou o saldo da provisão pelo IPCA.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia é composto por 60.499.315 (2022: 54.999.315) ações que correspondem a R\$ 60.499 (2022: R\$ 54.999).

Confirmando o compromisso do acionista com a continuidade operacional da empresa, foram realizados aportes de capital durante o exercício de 2023.

Em 13 de junho de 2023, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 1.000 mediante a emissão de 1.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 54.999 para R\$ 55.999. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

Em 28 de agosto de 2023, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 1.000 mediante a emissão de 1.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 55.999 para R\$ 56.999. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

Em 13 de novembro de 2023, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 1.000 mediante a emissão de 1.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 56.999 para R\$ 57.999. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

Em 20 de dezembro de 2023, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 2.500 mediante a emissão de 2.500 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 57.999 para R\$ 60.499. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não constituindo, portanto, tal reserva.

c. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não efetuando, desta forma, distribuição de dividendos.

16 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
Receita operacional bruta		
Receita de energia gerada (a)	33.218	30.378
	33.218	30.378
Deduções		
Pis (b)	(216)	(220)
Cofins (b)	(997)	(1.016)
	(1.213)	(1.236)
Receita operacional líquida	32.005	29.142

- a. Conforme mencionado na Nota 3.2, o valor registrado a título de Receita Operacional corresponde a energia gerada conforme Contrato de Energia de Reserva – CER, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

- b. A Companhia apura os impostos pelo regime cumulativo, com recolhimento pelo regime de caixa, aplicando as alíquotas de 0,65% e 3% para Pis e Cofins, respectivamente, e registrando os impostos diferidos (vide nota 21) calculados entre a diferença apurada entre os regimes de competência e caixa.

17 Custo da energia produzida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação	(5.267)	(5.263)
Amortização servidão (intangível)	(50)	(50)
Depreciação de ativo de direito de uso	(510)	(510)
Encargos de uso do sistema de distribuição - CUSD	(9.345)	(9.156)
Custos regulatórios	(175)	(170)
Custos com pessoal (a)	(758)	(276)
Custos com manutenção (b)	(14.496)	(11.877)
Custos sócio ambiental	(489)	(260)
Custos com infraestrutura	(97)	(15)
Prêmios e seguros	(1.373)	(979)
Serviços de terceiros	(868)	(996)
Custos de viagens	(14)	(23)
Custos gerais	(79)	(133)
	<u>(33.521)</u>	<u>(29.708)</u>

- (a) Em 2023, além dos custos com pessoal internos, a Companhia passou a reembolsar custos compartilhadas de pessoal com partes relacionadas, conforme descrito na nota 9.
- (b) Em 2023 a Companhia realizou manutenções corretivas e preventivas em seus aerogeradores, visando a melhoria das máquinas.

18 Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas tributárias	(9)	(105)
Serviços de terceiros	(322)	(327)
Despesas com pessoal	(396)	(459)
Despesas com publicações	(19)	(19)
Depreciações	(30)	(7)
Despesa com infraestrutura	(33)	(11)
Prêmios e seguros	(9)	(9)
Despesas com manutenção	(15)	-
Despesas gerais	(58)	(61)
	<u>(891)</u>	<u>(998)</u>

19 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(113)	(128)
IOF	(50)	(65)
Despesas financeiras com arrendamentos	(695)	(691)
Juros atualização provisão desmobilização	(77)	-
Juros pagos ou incorridos	(1)	(1)
Juros s/Empréstimos e Financiamentos	(3.108)	(3.385)
Outras despesas financeiras	(626)	(285)
	(4.670)	(4.555)
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	4	-
Rendimentos de aplicações financeiras (*)	2.714	2.125
	2.718	2.125
	(1.952)	(2.430)

(*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 95 (2022: R\$ 173) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 2.619 (2022: R\$ 1.952).

20 Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia recolhe o imposto de renda e contribuição social com base na sistemática do lucro presumido, com apuração das receitas pelo regime de caixa.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	IRPJ	CSLL
2023		
Receita operacional bruta	41.000	41.000
Alíquota %	8%	12%
Lucro presumido	3.280	4.920
Outras receitas e receitas financeiras	2.706	2.706
Base de cálculo	5.986	7.626
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	898	686
Imposto adicional (IRPJ)	575	-
Imposto corrente a recolher	1.473	686
Total imposto corrente	2.159	
2022	IRPJ	CSLL

Receita operacional bruta	42.521	42.521
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	3.402	5.103
Outras receitas e receitas financeiras	<u>3.657</u>	<u>3.657</u>
Base de cálculo	7.059	8.760
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	1.059	788
Imposto adicional (IRPJ)	<u>682</u>	<u>-</u>
Imposto corrente a recolher	<u>1.741</u>	<u>788</u>
Total imposto corrente		<u>2.529</u>

21 Impostos diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes das diferenças no reconhecimento das receitas para fins contábeis e fiscais, e foram registrados considerando a sua expectativa de realização. Conforme o contrato de energia (nota 1.3) a receita contábil é registrada conforme os MW gerados no período, mediante aplicação dos limites de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Adicionalmente, a Companhia recebe um valor fixo contratado, sobre o qual emite a sua nota fiscal. Os desvios positivos ou negativos da geração são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. Sobre esses desvios a Companhia reconhece os ativos ou passivos fiscais diferidos, que serão pagos ou compensados conforme as liquidações financeiras realizadas junto a CCEE.

2023	IRPJ	CSLL
Ressarcimento de energia a pagar, líquidos - CCEE	(7.771)	(7.771)
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	(622)	(933)
Outras receitas	<u>-</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	(622)	(933)
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	(93)	(84)
Imposto adicional (IRPJ)	<u>(62)</u>	<u>-</u>
Imposto diferido	<u>(155)</u>	<u>(84)</u>
Total imposto diferido		<u>(239)</u>
2022	IRPJ	CSLL
Ressarcimento de energia a pagar, líquidos - CCEE	(8.650)	(8.650)
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	(692)	(1.038)
Outras receitas	<u>(1.713)</u>	<u>(1.713)</u>
Base de cálculo	(2.405)	(2.751)

Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	(361)	(248)
Imposto adicional (IRPJ)	<u>(238)</u>	<u>-</u>
Imposto diferido	<u>(599)</u>	<u>(248)</u>
Total imposto diferido		<u>(847)</u>

A composição dos impostos diferidos constantes no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reconhecimento de IRPJ e CSLL sobre receitas diferidas	581	342
Reconhecimento de PIS e COFINS sobre receitas diferidas (a)	<u>691</u>	<u>407</u>
Total ativo não circulante	<u>1.272</u>	<u>749</u>

(a) A despesa de Pis e Cofins diferido está apresentada na Demonstração do Resultado como Receita Líquida de Vendas.

22 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos, a aplicações financeiras e contas a receber. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (ver Nota Explicativa nº 1.3)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2023	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.934	-
Depósitos vinculados	22.360	-	-
Contas a receber de clientes	-	4.036	-
Fornecedores	-	-	2.663
Empréstimos e financiamentos	-	-	79.631
Arrendamentos a pagar	-	-	7.764
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	22.961
Em 31 de dezembro de 2022	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa	-	413	-
Depósitos vinculados	20.085	-	-
Contas a receber de clientes	-	3.902	-
Fornecedores	-	-	1.562
Empréstimos e financiamentos	-	-	86.660
Arrendamentos a pagar	-	-	10.485
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	15.056

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e
- Risco operacional.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. Os recebíveis tem risco considerado baixo, considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

(i) **Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações**

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem R\$ 1.934 (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 413) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o saldo de R\$ 22.360 (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 20.085) em depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	A vencer em até 1 ano		A vencer acima de 1 ano		Totais	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empréstimo BNDES	2.609	2.582	12.062	14.746	14.671	17.328
Empréstimo BNB	7.324	7.051	60.077	65.060	67.401	72.111
Ressarcimento de energia a pagar	10.458	5.824	12.503	9.232	22.961	15.056
Fornecedores	2.663	1.562	-	-	2.663	1.562
Arrendamentos a pagar	531	23	7.726	11.175	8.257	11.198

Risco de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas para travar o custo financeiro das operações.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros que estão sujeitos às oscilações na taxa do CDI e da TLP – taxa de longo prazo. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta (baixa) nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário real.

	Saldo		Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
	31/12/2023	Risco					
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundo de investimento	1.927	Rendimentos em FI	2.036	2.106	2.177	2.247	2.318
Efeito no resultado			(141)	(71)	-	70	141
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	22.360	Rendimentos em FI	23.527	24.268	25.008	25.748	26.488
Efeito no resultado			(1.481)	(740)	-	740	1.480
Saldo de empréstimos e financiamentos BNDES	13.695	TJLP	14.144	14.402	14.660	14.919	15.177
Efeito no resultado			(516)	(258)	-	259	517

	Saldo		Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
	31/12/2022	Risco					
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundo de investimento	404	Rendimentos em FI	426	440	454	468	482
Efeito no resultado			(28)	(14)	-	14	28

Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	19.182	Rendimentos em FI	20.132	20.726	21.320	21.914	22.508
Efeito no resultado			(1.188)	(594)	-	594	1.188
Saldo de empréstimos e financiamentos BNDES	16.136	TJLP	16.646	16.938	17.230	17.522	17.813
Efeito no resultado			(584)	(292)	-	292	583

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

23 Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser assim sumarizados:

	2023	2022
Total de empréstimos e financiamentos bancários	79.631	86.660
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(1.934)	(413)
Menos: Depósitos vinculados	<u>(22.360)</u>	<u>(20.085)</u>
Dívida líquida	55.337	66.162
Total do patrimônio líquido	<u>37.292</u>	<u>38.066</u>
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	<u>1,48</u>	<u>1,74</u>

24 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância	Prêmio
--------	---------------	-------------	--------

Riscos Operacionais - Subestação e Usinas	01/08/2023 a 01/08/2024	370.601	1.452
Responsabilidade Civil Operacional	01/08/2023 a 01/08/2024	5.000	8
Responsabilidade Civil Geral para Administradores	18/06/2023 a 18/06/2024	25.000	18
Seguro Garantia CUSD	25/06/2023 a 25/06/2024	1.648	33
Seguro de vida em Grupo	19/02/2023 a 19/02/2024	118	1
Seguro contra incêndio predial (*)	30/09/2023 a 30/09/2024	300	-

(*) Valor do prêmio inferior a 1

25 Contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações, esses processos envolvem assuntos de natureza tributária, ambiental e cível.

Com base nas informações e avaliação dos seus assessores jurídicos, a Companhia possui 2 (dois) processos de natureza cível e ambiental com probabilidade de perda provável e registrou provisão para contingências no valor de R\$ 256 (2022: R\$ 235) e 5 (cinco) processos de natureza cível e ambiental com probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 9.991 (2022: R\$ 8.936).

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais registrados no ativo não circulante (Nota 8) no montante de R\$ 22.046 (2022: R\$ 19.620) relacionados a processos cíveis com probabilidade de perda remota.

* * *

Composição da Diretoria

Maiza Rodrigues Ponte Parente
Diretora Financeiro-administrativa

Renato Melo Gomes
Diretor Técnico

Antônio Werk Rodrigues Pereira
Contador CRC-CE 016296/0-8